

Amílcar Cabral

A Acção Armada e os Métodos Militares

21

O oitavo ano da Luta Armada
de Libertação Nacional

«...Camaradas, eu jurei a mim mesmo, nunca ninguém me mobilizou, trabalhar para o meu povo, eu jurei a mim mesmo, que tenho que dar a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo, na Guiné e Cabo Verde. Ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição, na medida do possível, para a vida do homem se tornar melhor no mundo. Este é que é o meu trabalho.»

Título: *A Acção Armada e os Métodos Militares*
Edição do Departamento de Informação, Propaganda e Cultura do C.C. do PAIGC
Execução gráfica da Editorial «Avenel», SARL, Portugal, 1988
Impressão e acabamento: Guide — Artes Gráficas, Lda
Tiragem: 3000 exemplares

O OITAVO ANO DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL¹

INTRODUÇÃO

O ano de 1970 — o oitavo ano do nosso combate libertador — foi muito rico em acontecimentos de uma grande importância para a nossa luta, e até mesmo para a luta geral dos povos africanos contra a dominação imperialista.

No plano interno, o facto mais importante é a própria continuidade e o desenvolvimento vigoroso da nossa acção, nos diversos e cada dia mais complexos aspectos da nossa vida e da nossa luta. E isso, tanto mais que, enquanto continuamos a enfrentar dificuldades de toda a espécie, por causa das condições precárias da existência material do nosso povo, o inimigo colonialista, continua e eficazmente ajudado pelos seus poderosos aliados, tem recorrido a todos os meios de que pode dispor para destruir o nosso combate libertador.

Se é verdade que a nossa determinação só se pode igualar à força da razão histórica e moral que nos assiste, não é menos verdade que enfrentamos um conflito — uma verdadeira guerra — no qual os meios materiais, financeiros e económicos desempenham um papel primordial.

Não é preciso minimizar nem a grandeza exaltante dos sacrifícios consentidos pelo nosso povo nem o carácter decisivo da ajuda que nos dão os nossos aliados e amigos pelo mundo fora, para se verificar que

¹ Relatório sobre a situação da luta, Janeiro de 1971.

não há uma medida comum entre os meios humanos e materiais utilizados pelo inimigo colonialista e aqueles de que dispomos até agora. Tanto mais que, à medida que o nosso combate avança, os colonialistas não só utilizam meios de guerra mais poderosos e numerosos, para tentar destruir as bases da luta (população, colheitas, gado, etc.), mas ainda exploram sorrateiramente as fraquezas da nossa situação económica e financeira, multiplicando as concessões às populações que dominam ainda e desenvolvendo a sua «campanha psico-social» com o fim de desmobilizar o nosso povo e destruir a nossa luta.

A disparidade dos meios entre o opressor e o oprimido é uma característica própria das confrontações entre os povos e a dominação imperialista, uma característica geral das guerras coloniais ou das lutas de libertação nacional. Este facto, que é mais um factor comum na luta geral dos povos contra a dominação imperialista, não elimina, todavia, nem as sérias dificuldades que enfrentamos no plano material e financeiro nem as condições específicas da nossa luta.

É por isso que a continuidade do nosso combate e o reforço constante da nossa acção são já uma vitória importante do nosso Partido e do nosso povo perante os colonialistas portugueses que, apesar da ajuda cada dia maior dos seus aliados em todos os domínios e do facto de poderem dispor livremente dos recursos de um Estado, são forçados a reconhecer que só «um milagre» poderá mudar completamente a situação que enfrentam na nossa terra².

No plano externo, o ano que passou ficará na história da nossa luta como um período de reforço da solidariedade internacional em relação ao nosso povo e aos dos outros países africanos ainda ocupados por Portugal. Mas o facto mais importante neste plano continua a ser a derrota vergonhosa infligida aos colonialistas portugueses pelo povo irmão da República da Guiné na altura da odiosa agressão imperialo-portuguesa contra Conakry e na região de Kundara.

² Discurso do chefe do governo português, durante a visita-relâmpago ao nosso país em Abril de 1969.

Entra ↗ ↖ Sain

O sinistro general Spinola³, que substituiu o General Arnaldo Schultz⁴, transferido após quatro anos de vãs tentativas criminosas para parar a marcha da nossa luta, chegara à nossa terra com a pretensão de pôr fim à nossa luta durante o ano de 1969. Ora, o nosso combate não fez mais que desenvolver-se e intensificar-se em todas as frentes, dado que a experiência cada dia maior dos nossos combatentes e a melhoria de certos meios materiais nos permitiram dar golpes mais duros ainda ao inimigo e causar-lhes perdas mais pesadas em 1970.

Tendo sido forçado a constatar o tremendo fracasso dos seus planos de guerra a todo o custo, e seguindo possivelmente directrizes do novo chefe do governo português, Marcello Caetano, o novo governador militar inaugurou a política do sorriso e do sangue, de concessões e crimes abomináveis, de manobras de toda a espécie visando alimentar a guerra pela guerra e desmobilizar a população e os combatentes, para destruir as bases principais do nosso movimento.

Mas esta política não deu os resultados esperados. E isso, devido à vigilância do nosso Partido, ao alto nível de consciência política atingido, em geral, pelas populações, inclusivamente pelas zonas ainda ocupadas, e à intensificação da nossa acção armada, nomeadamente os ataques contra os centros urbanos.

Por outro lado, a liquidação de três comandantes do estado-maior e a morte por crise cardíaca do comandante militar brigadeiro Castro Nascimento privaram o governador dos seus principais colaboradores, os quais eram os especialistas da nova política de tentativa de subversão das bases da nossa luta, os cabecilhas da guerra psico-social. Compreende-se muito bem a situação difícil na qual se encontra no nosso país o actual chefe dos colónialistas que, segundo informações provenientes de Lisboa, só continua a ocupar o seu posto

³ Antigo comandante da Guarda Nacional Republicana, o principal instrumento da repressão armada fascista em Portugal; antigo comandante de cavalaria motorizada em Angola.

⁴ Antigo ministro do Interior de Salazar, antigo comandante operacional em Angola.

porque o governo de Marcello Caetano não tem mais possibilidades de escolha na matéria.

Na Guiné, o nosso combate pela independência e pelo progresso desenvolve-se com êxito. Os nossos combatentes, que em 1969 puseram fora de combate cerca de 1500 militares inimigos, mortos e feridos, reforçaram a sua acção em todas as frentes no decurso do ano findo. Infligimos aos colonialistas perdas mais importantes não só em quantidade mas também em qualidade, pois tanto liquidámos alguns dos principais quadros da sua guerra que os colonialistas fazem ao nosso povo, como alguns dos principais colaboradores africanos que os servem na sua política de mentiras e de calúnias visando destruir a nossa luta.

Enfrentando com coragem os actos criminosos dos colonialistas, que reforçaram os bombardeamentos com napalm, e os assaltos terroristas contra as populações, consolidámos o nosso Estado e a administração nas regiões libertadas, reforçámos a nossa actividade tanto no plano político como no da reconstrução nacional.

Tendo conseguido obter produtos alimentares (sobretudo arroz) numa quantidade suficiente para manter a elevação constante do ritmo da luta, as populações beneficiaram duma maior quantidade de artigos de primeira necessidade. Foram postos à disposição dos milhares de alunos das nossas escolas novos manuais e outro material, em quantidades mais elevadas do que antes. O abastecimento dos hospitais e postos sanitários foi melhorado. Por outro lado, o regresso ao país de algumas dezenas de quadros universitários, médios e profissionais, que acabaram os seus estudos no estrangeiro, veio melhorar a capacidade de trabalho do Partido, tanto no domínio da luta político-militar como no da reconstrução nacional.

No plano da guerra, passámos a utilizar certas armas mais poderosas, que agravaram as condições já difíceis em que se encontra o inimigo nos campos fortificados e nos centros urbanos. Além disso, várias centenas de jovens combatentes foram treinados na nossa Escola Político-Militar.

Em Cabo Verde, onde os colonialistas portugueses tiveram de reconhecer a existência da organização do nosso Partido, o aumento

da repressão não fez senão reforçar a determinação dos patriotas e dos militantes no caminho do desenvolvimento da luta. Os progressos realizados no ano findo pelo trabalho clandestino do nosso Partido reflectem-se cada vez mais nas contradições e conflitos entre a população (sobretudo trabalhadores) e as autoridades coloniais.

Os colonialistas, que conhecem melhor do que ninguém a importância estratégica que tem o arquipélago para as suas guerras coloniais, viram fracassados até agora os seus esforços absurdos no sentido de convencerem os seus aliados a incluírem as ilhas e a Guiné no âmbito do Tratado do Atlântico Norte.

É também muito significativo o interesse cada vez maior da emigração cabo-verdiana em relação ao nosso Partido e à luta. Em 1970, ela deu cada dia mais provas de consciência política e de patriotismo, que se traduzirão certamente numa força apreciável para o desenvolvimento da luta no arquipélago.

Em Portugal, o povo — nomeadamente os trabalhadores, os estudantes e os intelectuais anticolonialistas e antifascistas — reforçou a sua acção contra a guerra colonial. Em 1970, o número de deserções no seio do exército colonial aumentou consideravelmente.

Estas deserções culminaram, nos últimos meses do ano, pela recusa colectiva da guerra colonial por parte de um número importante de oficiais. Estes, chegados ao exterior, manifestaram publicamente o seu repúdio à guerra colonial, enquanto em Portugal mesmo manifestações de trabalhadores e estudantes revelaram ao mundo que o povo português compreendeu já que essa guerra é um crime não só contra os povos africanos mas também contra ele próprio.

Além disso, as sabotagens efectuadas em alguns barcos transportadores de tropas, assim como outros actos concretos dos patriotas portugueses contra a máquina de guerra colonial, mostram que começou uma nova fase da luta corajosa do povo de Portugal pela liberdade.

Em África e no mundo, o prestígio do nosso Partido e da luta, e a solidariedade para com o nosso povo africano, reforçaram-se consideravelmente durante 1970.

Os países vizinhos do nosso continuam a dar-nos as facilidades de que necessitamos para o desenvolvimento cada dia maior da luta.

A agressão abominável contra a República da Guiné, que se traduziu por uma vergonhosa derrota para os colonialistas portugueses, só contribuiu para estreitar os laços fraternais de combate entre o nosso Partido e o Estado guineense.

Alguns Estados africanos, que antes não tinham dedicado uma atenção directa à nossa luta, manifestaram, no decurso do ano findo, o desejo de nos ajudar, e aqueles que já nos davam o seu apoio moral, político e material deram provas concretas da decisão de reforçar a sua solidariedade em todos os campos.

Por outro lado, a tendência africana a que poderíamos chamar malawismo ou bandismo, cuja missão principal consiste em trair a África, traindo os movimentos de libertação por uma aliança repugnante com os racistas e colonialistas, foi severamente derrotada.

Consolidámos e desenvolvemos as nossas relações com os países socialistas, que sempre nos apoiaram, e abrimos novas perspectivas de colaboração com as outras forças anticolonialistas do mundo.

A Conferência de Roma e a audiência com o papa Paulo VI marcaram uma etapa nova da nossa luta no plano internacional, a qual provocou no inimigo colonialista uma desorientação que ele não soube ou não pôde esconder. Vários comités de apoio à nossa luta foram criados na Europa e conseguimos despertar e desenvolver a solidariedade para com o nosso povo mesmo nos países que são os primeiros aliados do colonialismo português.

A Suécia que, como os outros países escandinavos, está disposta a dar-nos um apoio humanitário muito útil, aumentou em 75% a ajuda que ela nos tinha dado para 1970. Em todos os continentes aumenta dia a dia o interesse e a solidariedade para com a nossa luta, para com o nosso Partido.

De acordo com a realidade concreta do nosso país, testemunhada por dezenas de visitantes de várias nacionalidades, a opinião mundial sabe hoje que, na nossa terra, o nosso Partido é o verdadeiro detentor do Poder na quase totalidade do território nacional. Toda a gente sabe hoje que a nossa situação é comparável à de um Estado independente que tem uma parte do território nacional, principalmente os centros urbanos, ocupada por forças armadas estrangeiras. Isso, apesar de

todas as manobras e mentiras dos colonialistas portugueses, é mais uma vitória importante do nosso Partido, do nosso povo. Devemos tirar dela todas as consequências.

Por mais sólida que seja a nossa certeza na vitória, ela não deve levar-nos a acalentar ilusões quanto à obstinação criminosa dos colonialistas portugueses de continuar a sua guerra colonial contra o nosso povo e a África. Marcello Caetano reafirmou no seu discurso de 27 de Setembro de 1970 a determinação de «aguentar custe o que custar», posição que as pretensas reformas da Constituição em nada modificam. Novos meios financeiros e materiais são postos à disposição do governo de Portugal pelos seus aliados da NATO, nomeadamente os Estados Unidos, a República Federal Alemã e a França.

Armas e munições alemãs, vedetas e canhoneiras alemãs e francesas, helicópteros franceses e holandeses, aviões americanos, alemães e italianos, os meios logísticos mais modernos chegaram ao nosso país. Foi instalado um novo posto emissor de 100 kW, para as necessidades da propaganda colonial.

Por outro lado, mercenários de diversas nacionalidades continuam a treinar cidadãos da República da Guiné, perto de Bissau, para actos de sabotagem e agressão contra este país. Também são feitos ataques frequentes contra as aldeias fronteiriças do Senegal e da Guiné. O governo de Portugal renova frequentemente a sua oferta para que a NATO estabeleça bases no nosso país. Foi tomado um almirante para o posto de comandante-chefe das tropas coloniais nas ilhas de Cabo Verde, o que dá a medida da importância que os colonialistas dão aos progressos políticos feitos pela nossa luta no arquipélago.

Para que os êxitos já obtidos e as perspectivas favoráveis da luta se traduzam por novas e decisivas vitórias, devemos desenvolver e intensificar a acção militar, reforçar o trabalho político e a informação interna, e melhorar o nosso trabalho no plano africano e internacional para o reforço da solidariedade concreta em relação à nossa luta libertadora, a qual se tornou, desde há alguns anos, uma verdadeira guerra.

Para realizar esses fins principais, devemos ser capazes de satisfazer as *necessidades essenciais* quanto ao abastecimento das popu-

lações das regiões libertadas em artigos de primeira necessidade, garantir a continuação da obra de edificação económica, social e cultural, iniciada nessas regiões, o reforço e a melhoria do material de guerra e dos meios logísticos, fazer face às despesas cada vez maiores da luta em todos os campos. Temos, pois, mais necessidade de artigos de primeira necessidade, de material escolar e sanitário e de medicamentos, armas e munições e de dinheiro, porque uma guerra custa muito caro, mesmo se ela é feita por um povo pobre, que tem de pegar em armas para se libertar de dominação estrangeira.

O carácter internacional da guerra colonial portuguesa é não só um facto jurídico mas, sobretudo, político e material. Porque, como se sabe muito bem, Portugal teria já sido derrotado no nosso país se não dispusesse do apoio eficaz, político e material, dos seus aliados da NATO, dos racistas da África do Sul e de outros.

A nossa luta armada de libertação nacional, baseada nos direitos inalienáveis do nosso povo e na moral e legalidade internacionais dos nossos dias, é a de toda a África, de todos os Estados, nações, organizações nacionais e internacionais e pessoas amantes da liberdade, justiça e progresso. Por isso é que somos encorajados pela esperança e a certeza de que os nossos aliados no mundo inteiro — sobretudo os Estados africanos, os países socialistas e as forças anticolonialistas em geral — não se pouparão a esforços para reforçarem a ajuda concreta que dão ao nosso combate. Esperança e certeza que foram reforçadas pelo êxito indiscutível da Conferência de Roma, cujas encorajantes resoluções não terão seguramente a sorte dos votos piedosos.

Face às difíceis condições materiais de existência do nosso povo, estar consciente das realidades da nossa luta é também compreender quanto ela depende da solidariedade concreta dos nossos aliados, aos quais nunca será de mais manifestar a nossa gratidão fraternal e combativa. É igualmente de lembrar as suas responsabilidades cada vez maiores perante o desenvolvimento do nosso combate, o qual exige cada dia mais uma ajuda eficaz, adequada, regular e multiforme.

Os colonialistas portugueses têm consciência disso. Sabem que, se a ajuda necessária e adequada não nos faltar, podem ser corridos

da nossa terra dentro de pouco tempo. Fazem esforços desesperados — tanto no plano internacional como no interior do nosso país — para o evitar, pois uma possível derrota na nossa terra seria o fim da dominação portuguesa em África. Mas a situação a que fazem face e os êxitos que alcançamos em 1970 não lhes permitem alimentar muitas ilusões.

1. AS MANOBRAS POLÍTICAS DOS COLONIALISTAS PORTUGUESES. A GUERRA PSICO-SOCIAL

Depois de terem sido forçados a reconhecer, pela voz dos seus chefes principais, que não podem fazer parar a nossa luta nem ganhar a sua suja guerra colonial contra o nosso povo e a África, os criminosos colonialistas portugueses adoptaram novas táticas para tentar destruir o nosso Partido. Começaram a empregar os métodos mais desprezíveis, os mais vis, no âmbito de uma política que deixa ver claramente, cada dia mais, que os colonialistas portugueses são verdadeiros gangsters ou bandidos sem o menor escrúpulo, capazes de cometer os crimes mais bárbaros e de utilizar as mentiras mais desavergonhadas.

Tendo fracassado na tentativa de criar a confusão na nossa luta, vendendo, pelo preço da traição, a liberdade condicionada a um certo número de compatriotas presos, os colonialistas portugueses recorreram a outros meios. Inventaram mentiras a respeito de divisões no seio do Partido; escreveram cartas a alguns dirigentes, prometendo-lhes dinheiro em quantidade, boa vida e honras; tentaram explorar o oportunismo, a ambição e os baixos sentimentos, convencidos de que os militantes e dirigentes do nosso Partido são como os que os servem. Mas enganaram-se. As suas tentativas não tiveram por resposta mais do que o desprezo e a repulsa por parte dos nossos camaradas. E a acção criminosa do inimigo contribuiu para reforçar a unidade e a vigilância no seio do nosso Partido e da sua Direcção Nacional.

Vendo que é impossível dividir a Direcção do nosso Partido ou levar alguns dos seus dirigentes a trair, os colonialistas portugueses

decidiram mobilizar os oportunistas que vivem no exterior, para que estes tentem levar à traição alguns responsáveis da nossa luta armada. Gastaram muito dinheiro mas fracassaram de novo. Dando provas, uma vez mais, da sua consciência política elevada, de verdadeiros militantes do nosso Partido, os responsáveis contactados prenderam os oportunistas e os traidores, que foram julgados e condenados com justiça.

Então, na frente de Canchungo (Centro-Oeste do país), os colonialistas portugueses puseram em acção alguns dos seus principais quadros militares especialistas da guerra psicológica, para tentarem comprar alguns responsáveis dessa frente. Depois de terem estabelecido alguns contactos, escrito cartas ridículas, dado presentes e feito promessas de toda a espécie, os colonialistas sofreram uma derrota vergonhosa: os nossos combatentes liquidaram os comandantes e outros oficiais e soldados que pensavam poder comprar-nos. Este facto prova uma vez mais que sabemos bem o que queremos e somos patriotas: nós não estamos à venda.

Desesperados por estas derrotas e pelo reforço da nossa organização e da luta, os colonialistas portugueses fizeram planos minuciosos para perpetrarem a liquidação física dos nossos dirigentes, nomeadamente do secretário-geral do Partido. Foi nesta perspectiva criminosa que os colonialistas portugueses inventaram a mentira tão descarada como ridícula da chamada «mensagem de Conakry», através da qual, segundo a sua invenção, combatentes do nosso Partido teriam pedido garantias para regressarem ao país. Convencidos de que conseguiam matar o secretário-geral do Partido em Dakar, pretendiam, com esta mentira, vibrar um golpe decisivo ao moral dos nossos combatentes e militantes, para impedir qualquer possibilidade de continuação da luta depois deste assassinato.

Mais uma vez os planos criminosos dos colonialistas portugueses fracassaram. Os dirigentes do Partido continuam firmes nos seus postos, e a mentira da «mensagem de Conakry» tornou mais claro ainda o descaramento e o desespero dos colonialistas portugueses e dos seus chefes militares no nosso país.

Os colonialistas portugueses sabem muito bem que, tanto para os nossos combatentes como para os nossos dirigentes, o problema de regressar ao país não se põe, precisamente porque estamos na nossa terra. É para eles, para os colonialistas, que se põe um problema cada dia mais agudo: têm de deixar a nossa terra e voltar para a deles. Poderão ir-se embora depois de terem sofrido uma derrota vergonhosa, ou partir na base de um entendimento connosco, com o nosso Partido, mas serão forçados a partir, porque vamos terminar a libertação do nosso país.

Na vã tentativa de destruir o nosso Partido e fazer parar a luta, os colonialistas portugueses realizaram a sua agressão criminosa contra a República da Guiné, fizeram intrigas e promessas falaciosas ao governo do Senegal. Mas em vão.

A República da Guiné reforça cada dia o seu apoio incondicional e total ao nosso Partido e à luta. A República do Senegal, tendo vencido certas hesitações, está decidida a dar o apoio possível ao nosso Partido e à luta do nosso povo. Mais uma vez, a acção criminosa do inimigo, destinada a destruir a nossa organização e a luta, saldou-se por uma derrota para os colonialistas e uma vitória importante para o nosso Partido.

Tendo fracassado nos seus planos para subornar os dirigentes, responsáveis e militantes do nosso Partido, os colonialistas portugueses tentaram e tentam desmobilizar as populações das nossas regiões libertadas. Alguns agentes africanos do inimigo infiltraram-se nessas regiões, a fim de criar a confusão e desmobilizar o povo.

Uma grande parte desses agentes, tais como Cuor Sano e outros, foram já presos e condenados com justiça. Outros o serão, pois reforçamos a vigilância e os serviços de segurança devem agir cada dia com mais eficácia, a fim de detectar, prender, julgar e condenar os agentes do inimigo. Estes devem ser punidos severamente, como aconteceu recentemente a um dos mais miseráveis lacaios dos colonialistas portugueses — Ioro Bamba, que foi corajosamente liquidado pelos nossos combatentes.

Para enganar a opinião pública portuguesa, os colonialistas inventaram as «visitas» de delegações de Portugal à nossa terra. Depois da

propaganda feita a propósito da «visita» do ministro das Colónias que, praticamente, só se deslocou de helicóptero, liquidámos os três comandantes do estado-maior, demonstrando assim que se não liquidámos o ministro é porque não tínhamos nenhum interesse nisso.

Mais recentemente, de oito deputados que tinham vindo «visitar» o que resta ainda da colónia que era o nosso país, quatro perderam a vida num helicóptero abatido pelos nossos combatentes. Entre eles, o célebre traidor africano Jaime Pinto Bull que, apesar dos nossos conselhos, acabou por morrer na triste condição de vil servidor dos colonialistas, de inimigo do nosso povo e da África.

Ultimamente os colonialistas portugueses recorreram a outra tática para tentarem parar a nossa luta: dividir o nosso povo e levar os africanos a lutarem contra os africanos. É uma tática velha e muito usada não só pelos colonialistas mas também pelas guerras coloniais imperialistas, mas devemos denunciá-la e combatê-la energicamente, para que esta nova iniciativa criminoso do inimigo se salde por uma grande derrota.

Os colonialistas inventaram o que eles chamam os «congressos das etnias» do nosso país. O seu objectivo é o de conquistar alguns dos nossos irmãos com postos de régulos e honrarias, mas é sobretudo o de destruir a consciência e a unidade nacional que o nosso Partido e a luta já criaram. Realizando os chamados «congressos» das etnias, e prometendo que cada etnia terá o seu próprio chefe, os colonialistas pretendem atizar de novo os sentimentos tribais que já extinguímos, querem sabotar desde agora as possibilidades duma harmoniosa existência nacional para o nosso povo, na independência que — estão fartos de o saber — vamos com toda a certeza conquistar.

Fingindo querer dar uma autoridade política às populações que controlam ainda, através de alguns chefes, o que querem é preparar terreno para novos conflitos entre as etnias, para que os balantas não se entendam com os manjaços, os fulas com os papéis, para que se crie a confusão entre nós, tornando assim impossível a vida da nação africana que estamos a construir.

Com os seus falsos congressos, assim como com todas as suas actividades, os colonialistas — isso é evidente — querem fazer mal ao

nosso povo. Mas não o conseguirão, porque existe o nosso Partido, porque o nosso povo está cada dia mais consciente dos seus direitos e dos seus deveres de povo africano, porque nenhuma manobra poderá parar a marcha vitoriosa da nossa luta armada de libertação. E aqueles que, por ambição ou oportunismo, se deixarem enganar pela mentira dos congressos, perderão o seu tempo e ficarão conhecidos como traidores conscientes dos interesses do nosso povo e da África.

Ainda na tentativa de dividir o nosso povo, os colonialistas portugueses desenvolvem desde há algum tempo uma grande campanha contra os cabo-verdianos na sua rádio, nomeadamente nas línguas vernáculas da Guiné. Nesta campanha, assim como num certo número de cartas que escreveram a responsáveis do nosso Partido com promessas de honras e riquezas, afirmam que vão expulsar todos os cabo-verdianos que se encontram na Guiné a seu serviço e oferecer os postos respectivos àqueles que eles chamam «os verdadeiros filhos da Guiné».

Os colonialistas sabem que a unidade política e moral, a unidade combativa do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde, é a força principal do nosso Partido e da nossa luta. Por isso sonham destruí-la, tentando criar ódios que nunca existiram, espalhar mentiras, atacar a cobiça e despertar a ambição e o oportunismo entre aqueles que, ainda que não participem na luta, são nacionalistas e querem a libertação da nossa terra.

Mas também aí fracassaram completamente. Primeiramente, porque os verdadeiros nacionalistas da Guiné não são racistas nem oportunistas e sabem, como militantes do nosso Partido, quem são os seus dirigentes e qual é o valor da unidade do povo da Guiné e Cabo Verde. Em segundo lugar, porque os colonialistas mentem quando dizem que vão expulsar os cabo-verdianos. Não podem fazê-lo pois têm necessidade dos cabo-verdianos que os servem da mesma maneira que têm necessidade dos guineenses que os servem. E os colonialistas sabem o grande favor que fariam ao Partido e à luta se expulsassem realmente os cabo-verdianos da Guiné.

Mas já nos fazem um grande favor porque, com a propaganda orquestrada na sua rádio contra os cabo-verdianos, mostraram clara-

mente a todos os originários das ilhas de Cabo Verde que servem os colonialistas na Guiné que nós temos razão: os colonialistas servem-se deles, mas não têm em relação a eles a menor consideração. Devem, pois, como os melhores filhos do nosso povo — da Guiné e Cabo Verde — tomar consciência da sua situação e dar todo o apoio ao nosso Partido e à luta, para a libertação total da nossa pátria africana.

Perante as grandes dificuldades criadas pelos progressos da luta e devido ao facto de que os jovens militares portugueses não querem mais ter uma morte inglória no nosso país, os colonialistas portugueses decidiram distribuir galões a uma meia dúzia dos seus servidores africanos, chamar-lhes oficiais e colocá-los à cabeça do que chamam «companhias africanas». Pretendem assim prolongar a sua suja guerra colonial o mais possível, alimentar a guerra pela guerra e levar os nossos irmãos a baterem-se contra nós. Mas não conseguirão os seus fins criminosos.

Vários membros dessas companhias já desertaram para virem ter connosco, e outros o farão. Devem fazê-lo enquanto é tempo. Os nossos irmãos armados pelos colonialistas devem passar do nosso lado com as suas armas, ou então devem estar preparados para se servirem delas contra os próprios colonialistas, em defesa dos interesses do nosso povo.

Por nosso lado, devemos fazer tudo a fim de desenvolver os contactos com as chamadas «companhias africanas» dos colonialistas, e combinar com elas a melhor maneira de desertar ou colaborar com as forças armadas do nosso Partido. São nossos irmãos, devemos fazer os possíveis para evitar que se batam contra nós. Mas devemos liquidar sem hesitação todos aqueles que se obstinarem a ser lacaios armados dos criminosos colonialistas portugueses.

As manobras que acabamos de referir denunciam a situação desesperada na qual se encontram os colonialistas, enquanto o seu fracasso confirma o grau elevado de consciência política dos nossos militantes e os progressos irreversíveis realizados pela luta. Devemos, porém, reforçar e desenvolver a defesa das conquistas da nossa luta e intensificar o combate, porque o inimigo está decidido a utilizar todos

os meios, os mais vis e os mais criminosos, para parar a marcha do nosso povo para a libertação total do país e a independência.

2. A ACÇÃO MILITAR DOS COLONIALISTAS PORTUGUESES. APRECIAÇÃO DOS SEUS BALANÇOS

Pela segunda vez no decurso da sua guerra colonial de genocídio que fazem contra o nosso povo africano, os colonialistas portugueses tornaram público um balanço das suas actividades, o último dos quais diz respeito ao ano de 1970

Naturalmente, os balanços de uma guerra colonial representam, para todas as consciências sãs, uma confissão de crime contra a humanidade, quaisquer que sejam os adjectivos e os números que os compoem, quaisquer que sejam as mentiras que os avolumam. Dispensam comentários.

Contudo, parece-nos interessante, pelas conclusões a que dão lugar, apreciar de mais perto alguns dos «números» e dos factos contidos nos balanços dos colonialistas portugueses, cujo fim principal é enganar a opinião portuguesa e mundial sobre a situação real na nossa terra

Evidentemente, não tiveram a coragem de incluir nos balanços os actos criminosos que praticam quotidianamente contra as nossas populações, o número de aldeias bombardeadas com napalm, os assaltos terroristas com tropas helitransportadas, os assassinatos de velhos, mulheres e crianças indefesos, os assaltos e bombardeamentos contra hospitais e escolas, o número de patriotas presos, torturados e assassinados, nem tão-pouco as provocações e agressões ignobéis contra os povos dos países vizinhos

Os colonialistas calam os factos e os resultados do que constitui o aspecto principal da sua acção no nosso país: os bombardeamentos com napalm e os assaltos terroristas com tropas helitransportadas contra a população civil. Factos que foram largamente comprovados por observadores insuspeitos, tais como jornalistas, cineastas, escritores e outras entidades individuais ou colectivas de diversas nacio-

naldades, entre as quais, mais recentemente, uma delegação oficial sueca.

Enquanto no balanço de 1969 os colonialistas se limitaram às perdas que teríamos sofrido e ao material que teriam recuperado, no balanço de 1970, que reflecte a nova política adoptada por Marcello Caetano na guerra colonial, referem-se largamente às chamadas «obras de carácter económico e social» (entre as quais alguns postos sanitários e postos escolares) realizadas durante o ano.

Os colonialistas «esqueceram-se», porém, de fazer referência às diversas mesquitas que construíram, e aos milhões gastos com as peregrinações a Meca, provavelmente para não ferir os sentimentos religiosos do povo português, que é profundamente católico. Porque este perguntaria com certeza a si mesmo por que é que cinco séculos de «cruzada civilizadora cristã» acabam por se transformar numa campanha de *islamização*, com a construção febril de mesquitas em vários centros urbanos e a organização oficial de viagens gratuitas a Meca.

Para qualquer pessoa, sobretudo para aqueles que conhecem a realidade das guerras coloniais recentes ou actuais no mundo, os factos e os números acima mencionados — admitindo que tenham alguma veracidade — não enganam ninguém. São antes uma confissão da situação difícil na qual se encontram os colonialistas portugueses na nossa terra.

A construção de aeródromos junto dos centros urbanos traduz a preocupação de resolver um problema de natureza logística, a fim de garantir o abastecimento, o reforço e a evacuação das suas tropas que, nos centros urbanos ainda ocupados, estão cercadas e são cada dia mais o alvo dos ataques das nossas Forças Armadas. Esta actividade denuncia também a intenção criminosa dos colonialistas de fazer tudo para reforçar a acção dos seus aviões e helicópteros contra as nossas populações e tentar assim prolongar a guerra colonial.

O alcatroamento de alguns troços de estradas em zonas ainda ocupadas ou em litígio visa os mesmos objectivos e constitui sobretudo uma tentativa para fugir à acção mortífera das minas e emboscadas. Mas os colonialistas portugueses calam, no seu balanço, as perdas

enormes que já sofreram tanto em material como em homens, na tentativa de alcatroar algumas estradas.

A realização, à última da hora, das chamadas «obras de carácter social», feita com grande propaganda, integra-se no quadro da política do sorriso e de sangue, que os colonialistas inauguraram desde há quase dois anos, na intenção de desmobilizar o nosso povo. É uma tentativa tão descarada como vã, de pôr em prática alguns dos pontos essenciais do programa social do nosso Partido — e que nós já começámos a realizar nas regiões libertadas. Os colonialistas pretendem assim enganar as populações dos centros urbanos e das raras zonas que ocupam ainda, a fim de «provar» que a independência não é necessária e que, como dizem na sua propaganda mentirosa, «essas populações poderão beneficiar da melhoria da sua situação social sob a bandeira portuguesa».

Evidentemente, os colonialistas só conseguem convencer os convencidos. As populações são, aliás, as primeiras a compreender estas verdades: Sem a nossa luta, sem o nosso Partido, nunca os colonialistas portugueses, que estiveram tanto tempo na nossa terra sem construir nem escolas nem postos sanitários, nem casas de habitação, se importariam de fazer essas coisas.

Para a opinião pública portuguesa e mundial e, em particular, para os que, de algum modo, acreditaram no mito da pretensa «acção civilizadora» do colonialismo português, os resultados apresentados pelo balanço dos colonialistas no domínio social serão reveladores: afinal, durante todo o tempo que durou a presença colonialista no nosso país, só agora é que teriam compreendido a necessidade de construir postos sanitários, escolas e casas de habitação. É para isso foi preciso trazer para a nossa terra cerca de 40 000 soldados de todas as armas. Uma tal acção social mostra, pois, ser um dos resultados mais evidentes do desenvolvimento vitorioso da nossa luta de libertação.

Se a análise, mesmo breve, das pretensas realizações sociais dos colonialistas portugueses os deixa mal, ficam numa situação pior quando se consideram de mais perto os balanços da sua acção militar.

Para os dois últimos anos, forneceram os dados seguintes, relativos às nossas perdas, que eles apresentam com a indicação «entre outras baixas»:

1969	Mortos	614
	Feridos	259
	Capturados	165
	TOTAL	1 038
1970	Mortos	895
	Feridos	449
	Capturados	86
	Desertores	132
	TOTAL	1 562

Totalizando, em geral, 2600 baixas, que podemos arredondar para 3000 (e mesmo mais) se considerarmos que o balanço colonialista apenas contabilizou o que chamam «outras baixas».

Pois bem, numa entrevista dada à radiotelevisão portuguesa em Fevereiro de 1970, o actual governador militar de Bissau afirmava que «só cerca de 5000 homens constituem a força da guerrilha». Trata-se, evidentemente, da guerrilha do PAIGC, pois que não há outra na nossa terra. Quer dizer: um exército de guerrilha cujo contingente máximo seria de 5000 teria perdido, em dois anos de guerra, 3000 combatentes, sem que a luta tivesse diminuído por isso de intensidade, pelo contrário. Isso dispensa comentários.

Mas vamos mais longe. Segundo os relatórios do estado-maior português, as nossas forças teriam perdido entre 1963 e 1966, «entre outras», 10 927 baixas.

Não dispondo de dados secretos relativos a 1967 e 1968, vamos considerar, para esses anos, as médias dos anos anteriores. Assim, teríamos, para cada um deles, 2681 baixas, ou para os dois anos 5362 baixas, o que totaliza, incluindo as pretensas 3000 baixas em 1969 e 1970, um total geral de 19 289 baixas entre os nossos combatentes, durante os oito anos de luta armada. Se considerarmos as

chamadas «outras baixas», podemos arredondar este número para 20 000.

Mesmo o observador mais distraído ou menos favorável à causa da libertação do nosso povo concluirá que estes números oficiais dos colonialistas portugueses são a melhor propaganda para o nosso Partido e a nossa luta. Na realidade, numa luta como a nossa, e nas condições do nosso país, um movimento de libertação que tivesse sofrido 20 000 baixas e continuasse com êxito o combate contra as forças numérica e materialmente bem superiores, faria uma façanha singular, se não um *milagre*.

Mas há mais. Na citada entrevista do governador militar de Bissau à radiotelevisão portuguesa, ele afirmou: «No caso particular da Guiné, dos seus 550 000 habitantes aproximadamente um número que não atinge 80 000 abandonou o território nacional ou encontra-se refugiado no mato.»

Ora, sabe-se que, segundo os números fornecidos pela ONU, o número dos cidadãos do nosso país que se teriam refugiado, só no Senegal, é avaliado em cerca de 60 000. E, como 80 000 menos 60 000 é igual a 20 000, devemos concluir que, segundo os números oficiais dos balanços portugueses, secretos ou tornados públicos, teriam já morto, ferido ou capturado todas as pessoas que, na nossa terra, se teriam refugiado no mato. Mais ainda, porque, pela força dos números, essas pessoas teriam sido todas membros da nossa força de guerrilha. Até onde pode chegar o delírio da mentira!

Vejamos agora o que dizem os colonialistas sobre o material que teria sido apreendido às nossas forças durante os dois últimos anos. Tanto no balanço de 1969 como no de 1970, apresentam uma longa lista das armas, munições e outro material «apreendido ao inimigo». Evidentemente, não revelam que a maior parte do material capturado até agora pelos colonialistas — em todas as guerras há captura de armas pelos dois beligerantes — são armas velhas e munições sem valor, abandonadas pelos nossos combatentes em velhos depósitos. Enquanto o material que nós capturamos aos colonialistas é apreendido nas mãos dos seus soldados, mortos ou em fuga.

Indicaram um total de 99 toneladas de armas e munições, perdidas pelas nossas forças (50 toneladas em 1969 e 49 em 1970).

E verdade que o material de guerra é em geral muito pesado. Estamos fartos de o saber, nós que não dispomos de veículos militares e devemos transportá-lo às costas ou à cabeça. Mas devemos agradecer aos colonialistas pela grande propaganda que fazem das nossas capacidades quando afirmam que, num só ano, nos capturam 50 toneladas de material. Isso quer dizer que somos tão capazes que podemos transportar a pé, no interior do país, uma quantidade de material tão grande que o inimigo pode capturar 50 toneladas num só ano, sem que por isso prejudique a nossa luta. Luta que, bem pelo contrário, se reforçou e desenvolveu cada dia mais.

Apesar dos testemunhos recebidos no nosso país por dezenas de visitantes estrangeiros insuspeitos, os colonialistas portugueses pretendem que só agimos a partir do território dos países vizinhos, onde teríamos dezenas de bases, e negam sempre, nas suas entrevistas e discursos, que o nosso Partido tenha libertado e controla uma grande parte da nossa população.

Todavia, no balanço respeitante a 1970, os colonialistas portugueses referem-se, pela primeira vez, a «elementos da população regressados (às mãos das autoridades portuguesas), os quais se encontravam sob o controlo do inimigo» (*sic*). É assim que indicam, só para 1970, um total de 3000 «regressados». Isso significa que, no próprio momento em que as baixas sofridas pelos nossos combatentes teriam atingido o número de 20 000 (com 3000 baixas durante os dois últimos anos), começámos a controlar elementos da população. O que, ainda segundo a opinião tantas vezes repetida por eles, nunca tinha acontecido antes.

Mas isso significa igualmente que a nossa organização está tão solidamente implantada no país que somos capazes de controlar uma população tão numerosa que, só em 1970, 3000 dos seus elementos se teriam apresentado às autoridades coloniais. Não se trata unicamente duma confissão: trata-se sobretudo de um desmentido categórico às alegações colonialistas sobre a situação concreta no nosso país e a prova de que já não sabem o que fazem nem o que dizem.

Terminado o balanço de 1970, os colonialistas portugueses afirmam timidamente mas sem vergonha, que, entre as nossas baixas (mortos) «figuram alguns elementos do exército da República da Guiné e quatro cubanos». Essa é bem uma provocação mentirosa dos colonialistas portugueses, cuja natureza criminosa conhecemos muito bem.

Não perdemos tempo, porém, com as provocações verbais, orais ou escritas, dos colonialistas portugueses. Porque, como diz o povo de Portugal, num ditado que os seus dirigentes fariam bem em conhecer, «mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo».

No decurso de 1970, o inimigo continuou a manifestar a sua presença, sobretudo por bombardeamentos aéreos e por alguns assaltos terroristas, por meio de tropas helitransportadas, contra as populações.

Os bombardeamentos incidiram principalmente sobre as regiões de Kípara, Cubisseco, Cubucaré e Kitáfine (no Sul); Sara, Oio e Cancungo (no Norte) e Boé Oriental (no Leste). A acção criminosa dos aviadores portugueses fez-se notar particularmente nas zonas onde são mais sólidas a organização do Partido e a dedicação das populações à luta; os assaltos por tropas helitransportadas, combinados com bombardeamentos intensos, tiveram lugar principalmente em zonas de arrozais (com o fim de queimar a colheita e aterrorizar as populações) e também contra os hospitais e escolas.

Várias tabancas foram destruídas ou queimadas com napalm, nomeadamente em Kípara e Cubisseco (por volta do fim do ano). Mas isso não alterou significativamente o moral e a actividade produtiva das populações. Entre os actos criminosos perpetrados pelos colonialistas, devem-se salientar os bombardeamentos das escolas de Iador e Tambicó (no Norte), que causaram 15 mortos e 25 feridos entre as crianças, o assalto contra um hospital de campanha na zona de Tombali (no Sul) e o bombardeamento do recinto do internato-escola do Boé (no Leste), onde foram lançadas pelos aviadores portugueses 30 bombas de napalm.

Em Cabo Verde, o inimigo reforçou a repressão contra os patriotas, cometeu crimes contra trabalhadores revoltados em Santo

Antão, tortura compatriotas presos injustamente e prepara-se para afogar em sangue as aspirações legítimas do povo das ilhas à independência.

Quase paralisados e submetidos aos nossos ataques durante a estação das chuvas, os colonialistas intensificaram a sua acção criminosa de bombardeamento na estação seca. Nós fazemos-lhes frente e vibramos-lhes golpes ainda mais duros.

3. A NOSSA ACÇÃO

No plano interno

A reunião alargada do Bureau Político do Partido, que teve lugar de 12 a 15 de Abril de 1970, tomou decisões importantes respeitantes ao desenvolvimento da nossa acção nos planos político, administrativo, militar e de reconstrução nacional.

De acordo com as novas exigências da luta e das múltiplas actividades da nossa organização — cujo papel é cada dia mais o da direcção de um Estado do qual parte do território está ocupado por tropas estrangeiras — decidiu-se proceder a uma nova estruturação dos órgãos de Direcção do Partido e da luta. Criaram-se um Conselho Superior da Luta (CSL) e um Comité Executivo da Luta (CEL). Os Comités Inter-Regionais foram substituídos por Comités Nacionais das Regiões Libertadas (CNRL), os quais encabeçam a actividade dos Comités Regionais. As funções dos responsáveis da reconstrução nacional foram mais claramente definidas, tendo a produção sido ligada ao domínio da acção política. A organização e a acção dos Serviços de Segurança foram reforçados.

No campo da luta armada, definiram-se novas frentes, correspondendo a cada uma um Corpo do Exército Regular. As forças de autodefesa (milícias, população e militantes armados) reorganizaram-se no quadro das Forças Armadas Locais (FAL).

A *acção política* foi, em geral, intensificada nomeadamente nas regiões de Quinara, Cubucaré, Tombali (Sul), Oio (Norte) e Xitole (Leste).

Nas ilhas de Cabo Verde os progressos verificados em 1969 consolidaram-se e desenvolveram-se.

Na região do Gabu, a Leste do país, que era o feudo de certos chefes tradicionais favoráveis aos colonialistas portugueses, o desenvolvimento da acção armada trouxe uma modificação importante na situação política, que é, presentemente, muito mais favorável à luta.

Por outro lado, a nossa acção política nas zonas libertadas vizinhas das que ainda estão ocupadas pelo inimigo encontra-se significativamente limitada, por causa do carácter precário dos meios de reabastecimento das populações, as quais são atraídas pela possibilidade de obter, nos centros urbanos, os artigos de primeira necessidade de que necessitam. Contudo, a acção clandestina nestes centros melhorou muito.

Na fase actual da luta, é evidente que o desenvolvimento e a intensificação da acção armada, sobretudo contra os centros urbanos e as poucas zonas ainda controladas pelo inimigo, exercem uma influência positiva importante na situação política. Ao mesmo tempo que continuamos a desenvolver a nossa acção política e de reconstrução nacional, não devemos deixar de intensificar a luta armada nem devemos deixar-nos arrastar pelo inimigo na guerra psico-social e de concorrência económica.

No plano social e cultural, as nossas actividades prosseguiram normalmente, apesar dos bombardeamentos e da acção terrorista dos colonialistas. O ano escolar teve, em geral, resultados satisfatórios e os trabalhadores do ensino procederam à reabertura das aulas. Cerca de uma centena de jovens, rapazes e raparigas, partiram para diversos países estrangeiros, onde frequentarão cursos profissionais, médios e universitários. Melhorámos certos aspectos da assistência sanitária aos combatentes e às populações, mas continuamos a enfrentar sérias dificuldades no que respeita a medicamentos, nomeadamente antipalúdicos, antibióticos e pensos.

Em todas as regiões libertadas as populações procederam, com entusiasmo, aos trabalhos agrícolas. Porém, a falta de chuvas, muito acentuada nos meses de Agosto e Setembro, cria perspectivas in-

S

quietantes no que respeita à produção do arroz, sobretudo nas zonas mais próximas do mar.

Várias delegações estrangeiras, de diversas nacionalidades, estiveram no nosso país durante o ano passado. Fizeram reportagens e filmes, tendo tido contacto directo, não só com as realidades da nossa luta de libertação mas sobretudo com as realizações do nosso Partido nos domínios social e cultural, ao serviço da melhoria das condições de vida do nosso povo.

No próprio momento em que os colonialistas portugueses perpetravam a agressão criminosa contra a República da Guiné, uma delegação oficial sueca, composta por quatro pessoas, dirigida pela senhora Birgitta Dahl, membro do Parlamento, encontrava-se no nosso país para uma estada de três semanas.

Parece-nos interessante citar aqui algumas passagens duma carta da senhora Birgitta Dahl, testemunho do que ela pôde observar no nosso país: «[...] Foi para mim uma grande honra ter sido convidada a estar entre vós, como camarada. Foi também, na realidade, uma experiência muito educativa.

«Nas zonas libertadas encontramos muitas coisas que, penso, não existem noutros sítios ou, pelo menos, não se realizam noutros sítios com a mesma consequência, lucidez ideológica e consciência com que acontecem na vida quotidiana dos vossos homens e mulheres.

«Ver tudo isso foi um grande encorajamento para nós, que tentamos construir o socialismo numa sociedade "mista", com todas as complicações que isso implica.

«Para mim, que me encontro confrontada, na prática, com problemas de construção de uma sociedade nova (quer dizer, problemas concretos, tais como a organização de escolas, o bem-estar das crianças, o trabalho para os desempregados, etc.), foi particularmente interessante e vantajoso estudar não só os aspectos teóricos da vossa luta mas também as duras realidades quotidianas, as condições de vida e os métodos, assim como as possibilidades de melhoria dessas condições. O que observei reforçou a minha convicção de que, fundamentalmente, os nossos problemas são comuns, assim como as

nossas aspirações e, numa certa medida, os métodos de trabalho. A tarefa da criação de uma sociedade em que os homens e as mulheres poderão viver na dignidade, na paz e na igualdade é um problema universal.

«Nunca esquecerei nem o que pude observar sobre a vossa luta, nem a beleza do vosso país e a amabilidade de todos os camaradas, nem o que tivemos o prazer de viver durante as longas marchas nocturnas ou as permanências nas tabancas, hospitais e escolas[...].»

Se um tal testemunho, como tantos outros, nos orgulha e encoraja a nossa acção, ele chama a nossa atenção para as nossas responsabilidades cada vez maiores, no quadro geral da luta dos povos africanos contra a dominação imperialista, pela liberdade e o progresso.

No plano militar, os nossos combatentes continuam a atacar as posições inimigas e a causar perdas cada dia maiores às tropas coloniais.

Todos os centros urbanos, excepto Bissau e Bafatá, foram atacados em 1970. A cidade do Gabu, capital da região do mesmo nome, foi por três vezes alvo dos nossos ataques, inclusivamente por forças da infantaria. Nesta região, a intensificação da nossa acção transformou completamente os planos inimigos de «reagrupamento das populações».

Em diversas frentes, mas sobretudo nas do Gabu (Leste) e de Nhacra (no Norte, a cerca de trinta quilómetros de Bissau), poderosas emboscadas puseram várias dezenas de soldados inimigos fora de combate, destruindo uma quantidade importante de veículos. Um aspecto importante da nossa acção militar no decurso de 1970 foi a liquidação numericamente crescente de oficiais superiores e outros, o que acentuou a desmoralização das tropas coloniais e dos seus chefes. Eis o balanço das nossas principais acções respeitantes ao ano que acaba de passar:

— Ataques contra os campos fortificados	625
— Ataques contra os aeródromos e instalações portuárias	18

— Operações de comando nos centros urbanos	26
— Principais emboscadas e outros recontros importantes	133

No decurso destas acções e de outras menos importantes, as tropas coloniais perderam 24 oficiais e 794 soldados e outros militares (mortos confirmados), sendo o número de feridos confirmados de 458. Informações vindas de fontes dignas de crédito (Bissau e Lisboa) indicam que o número dos militares feridos durante o ano de 1970 é avaliado em cerca de 900. O que daria um total de 1718 perdas inimigas (mortos e feridos).

Deve-se notar que, segundo as mesmas informações provenientes de Bissau, o governador militar, durante uma reunião com os comerciantes, no princípio de Janeiro, revelou a estes que, só durante os meses de Novembro e Dezembro, as tropas coloniais tiveram 298 mortos.

Os nossos combatentes que se apoderaram de quantidade importante de armas e outros materiais do inimigo destruíram, além disso, 85 veículos militares de diversos tipos, abateram ou danificaram 4 aviões e 7 helicópteros e afundaram ou danificaram 34 barcos nos rios. Tomámos 9 campos fortificados, entre os quais os importantes postos de Morcunda (no Leste), Ganturê (no Sul) e Ulencunda (no Norte). Três militares portugueses foram capturados e 8 outros desertaram do exército colonial.

4. SOBRE A AGRESSÃO IMPERIALO-PORTUGUESA CONTRA A REPÚBLICA DA GUINÉ

Tivemos ocasião de tratar desta questão transcendente na Mensagem do Ano Novo dirigida ao nosso povo e aos nossos combatentes. No entanto, parece-nos útil voltar a falar deste acontecimento neste relatório. Primeiro, porque se trata de um facto de grande alcance, não só no quadro da nossa luta armada de libertação mas também para a História de África e do colonialismo português, e até

mesmo para a luta geral dos povos contra o imperialismo. Segundo, porque se trata de uma experiência nova e devemos tirar dela as lições que se impõem, tanto para o presente como para o futuro da luta do nosso povo pelo progresso, na independência e dignidade. Finalmente, porque se trata de uma vitória fecunda da África, de todas as forças anti-imperialistas. Uma vitória para o nosso povo e o nosso Partido, e uma das mais vergonhosas, se não a mais vergonhosa derrota do colonialismo português ao longo da sua história.

Claro que para nós, combatentes e militantes do PAIGC, representantes legítimos do nosso povo, as batalhas vitoriosas de Conakry e Koundara, em que tivemos a honra de participar, ao lado do povo irmão da República da Guiné, são mais um episódio da nossa luta armada de libertação, que entra no seu nono ano.

Com efeito, já nos habituámos desde há muito aos actos desesperados dos colonialistas portugueses, na sua vã tentativa de parar a nossa luta libertadora ou de destruir o nosso Partido, para perpetuar a dominação colonial da nossa terra. Basta lembrar a Batalha de Como em 1964, na qual, durante 75 dias, cerca de 3000 soldados colonialistas tentaram desesperadamente reconquistar essa ilha, mas acabaram por ser expulsos pelos nossos combatentes, depois de terem sofrido perdas avaliadas em cerca de um terço dos efectivos inimigos. As batalhas de Oio, Cubucaré, Kitafine, Fronteira-Sul (Balana-Gandembel) e, mais recentemente, as de Canchungo, são tantas outras páginas gloriosas da nossa luta, em que o inimigo colonialista foi derrotado, apesar dos planos «decisivos» que tinha pormenorizadamente elaborado.

Devemos, porém, reconhecer que, apesar de estarmos habituados aos actos de desespero e banditismo, aos crimes mais abomináveis da parte dos colonialistas portugueses, não deixou de ser para nós uma certa surpresa a agressão caracterizada que eles planearam, organizaram e executaram contra a capital da República da Guiné.

É certo que os colonialistas portugueses já tinham feito muitas provocações e agressões contra os povos irmãos das Repúblicas da Guiné e do Senegal. Cometeram inúmeros crimes contra as populações pacíficas das fronteiras desses países, bombardearam e incen-

2 = 105
Dificilmente Cabral menciona
no PAIGC

diaram aldeias, roubaram e pilharam, a coberto da mentira de que temos bases nos territórios vizinhos, a partir dos quais, segundo eles, atacamos as posições portuguesas.

Mas não resta dúvida de que ultrapassaram tudo isso ao perpetrarem a agressão de 22 de Novembro contra Conakry, para a qual tiveram de utilizar os seus próprios barcos e aviões, os seus oficiais e soldados, embora pintados de preto e diluídos em algumas dezenas de mercenários africanos do exército colonial, e de renegados e criminosos originários da República da Guiné. Mostraram, mais claramente do que nunca, até onde vai o desprezo pelas leis e pela moral internacionais do nosso tempo. Revelaram de maneira categórica, à África e ao mundo, a natureza tresloucada e criminosa do colonialismo português. Com a autorização prévia do governo de Marcello Caetano e, seguramente, com o consentimento dos aliados de Portugal colonialista, o governador militar de Bissau e comandante das tropas coloniais de ocupação dos centros urbanos e de alguns quartéis da nossa terra elaboraram em pormenor, com a colaboração do seu estado-maior, principalmente do *comodoro Luciano Bastos da Costa e Silva*, comandante da marinha, os planos da agressão contra a República da Guiné. Estes planos foram submetidos pelo próprio governador militar à aprovação do chefe do governo colonial português, a quem foi dada garantia do sucesso da empresa e que, duas semanas antes da operação, recebera, em audiência especial, o *comodoro Luciano Bastos* e o *capitão Guilherme Almor Alpoim Galvão*, que foi designado para comandar a agressão contra Conakry.

Como os colonialistas não tinham confiança bastante na eficácia dos renegados originários da República da Guiné, à maior parte destes (cerca de duas centenas) foi reservada a missão de atacar Kundara. Só uma minoria (algumas dezenas), destinada principalmente a servir de guia, foi utilizada no desembarque em Conakry.

Nesta acção, os colonialistas portugueses empregaram o seguinte pessoal e material de transporte:

— dois destacamentos de fuzileiros especiais, os números 21 e 22, sendo o primeiro comandado pelo *primeiro-tenente Raul Eugénio Castro e Silva*, do Quadro do Serviço Especial, secundado pelo

segundo-tenente Eduardo Madureira Veiga Rico, e o segundo, comandado pelo *segundo-tenente fuzileiro Alberto Rebordão de Brito*, secundado pelo *segundo-tenente Benjamim Lopes Abreu*, ambos da Reserva Naval;

— o grupo especial de escolta do *capitão Galvão*, integrado por elementos de elite dos destacamentos de fuzileiros navais portugueses;

— uma das chamadas «companhias de comandos africanos», integrada por elementos socialmente desclassificados e traidores ao nosso povo, enquadrados por alguns dos mais fiéis servidores dos colonialistas portugueses, entre os quais o «tenente» *João Januário Lopes*, que foi capturado pela milícia guineense;

— algumas dezenas de originários da República da Guiné, cuja traição ao seu povo e à África ficou mais do que nunca demonstrada pelo facto de aceitarem servir de cães dos colonialistas portugueses. No total, cerca de 350 homens, bem equipados e munidos das armas mais modernas;

— seis unidades navais, sendo duas do tipo *LFG* classe *Alfange*, que podem transportar cada uma cerca de 150 a 180 homens, e munidas de canhões de 20 mm, e quatro outras do tipo *LF* classe *Argos*, que deslocam 180 toneladas, e estão armadas com duas peças de 40 mm. Cada unidade era comandada por dois oficiais, sendo eles e toda a equipagem de origem portuguesa.

Além disso, estavam prontos para intervir, no caso em que a operação tivesse êxito, caças-bombardeiros do tipo *Fiat G-91*, aviões de transporte de pára-quedistas e helicópteros *Alouette III*. Estes homens e material deviam ser utilizados no interior da República da Guiné, para ocupar os principais centros urbanos (Kindia, Labé, Kankan, Boké principalmente), enquanto os mercenários desse país, levados de Bissau para o Gabu, ocupariam a região de Kundara, partindo de Buruntuma.

Como todos sabem já, as forças da agressão contra Conakry partiram da ilha de Soga, no arquipélago dos Bijagós, onde tinham sido treinados, durante vários meses, os renegados da República da Guiné. Antes da partida, receberam a visita do governador militar, que lhes

reafirmou a certeza no êxito da operação que, segundo as suas próprias palavras, «era o único meio de acabar com a guerra» no nosso país, quer dizer, de acabar com a nossa luta de libertação.

Na madrugada de domingo, 22 de Novembro, teve início a operação. Começava assim a execução dum dos mais ignóbeis e cobardes crimes praticados contra a África. As tropas coloniais portuguesas e os seus mercenários desembarcaram em vários pontos da cidade de Conakry e arredores. O seu plano era atacar e ocupar 52 objectivos, entre os quais o palácio e a residência do presidente da República da Guiné, os principais ministérios, os campos militares, os portos, o aeroporto, a rádio e outros organismos oficiais do Estado guineense, assim como as instalações do Secretariado do nosso Partido, incluindo a escola-piloto e o jardim-escola, onde se encontram centenas de jovens e crianças. Acto abominável que revelou carácter monstruoso, cinicamente anti-africano e racista dos colonialistas portugueses, embora não tenham conseguido realizar os seus objectivos.

O mundo conhece hoje o desenrolar dos acontecimentos nos dias que se seguiram ao desembarque. Respondendo pronta e corajosamente ao apelo do presidente Sékou Touré, as forças armadas, as milícias populares e a população de Conakry infligiram aos agressores uma derrota tão grande como os crimes que praticaram. Os colonialistas e seus lacaios tiveram de se retirar precipitadamente, abandonando dezenas de prisioneiros e mais de uma centena de cadáveres. Na região de Kundara, onde tinham penetrado cerca de duas centenas de renegados da República da Guiné, enquadrados por elementos do exército colonial português, os agressores foram completamente esmagados.

A Organização das Nações Unidas, a Organização da Unidade Africana e a opinião mundial anticolonialista, em todos os continentes, condenaram unanimemente a cobarde agressão dos colonialistas portugueses, cuja culpabilidade criminosa ficou amplamente provada pelos factos e pelo inquérito feito pela Comissão Especial da ONU. Mesmo os aliados mais fiéis dos colonialistas portugueses não deixaram de condenar a agressão e de manifestar a sua simpatia para com a República da Guiné.

A figura criminosa do colonialismo português, derrotado e isolado perante a opinião mundial, definiu-se assim, mais claramente do que nunca, como uma aberração histórica, que é indispensável e urgente liquidar por todos os meios necessários. O crime transformou-se em erro, e os próprios imperialistas, aliados dos colonialistas portugueses, não lhes perdoarão esse erro, exactamente porque falharam.

É muito importante para nós compreender, o mais claramente possível, por que é que os colonialistas portugueses cometeram um erro tão grave e por que falharam.

Por mais loucos que possam ser os colonialistas portugueses ou por mais megalómano que seja o representante deles na nossa terra, não se meteriam numa tal empresa se não estivessem seguros de duas condições: do apoio tácito ou explícito dos seus aliados imperialistas e do êxito da operação.

O governo de Portugal sabe bem quanto dependem as suas guerras coloniais do apoio político e material dos seus aliados. Estes, não se opondo à agressão criminosa contra a República da Guiné, acalentavam uma esperança, desejavam a realização de um sonho já velho, que lhes é muito caro: *destruir o regime popular, democrático e antineocolonialista deste país livre e independente de África, cujo exemplo fecundo constitui um obstáculo permanente à recolonização do continente*. Por isso aceitaram que os colonialistas portugueses, cuja situação difícil conhecem, servissem de instrumento para realizar o crime de agressão contra a República da Guiné.

Os colonialistas portugueses, por seu lado, tinham e têm razões bastantes para participar em qualquer empresa que lhes dê, no desespero em que vivem na nossa terra, a esperança de conseguir destruir o nosso Partido, parar a nossa luta de libertação e recolonizar totalmente o nosso povo. O sonho imperialista de destruir o regime guineense e de substituí-lo por outro que seja submisso à dominação neocolonialista é também o sonho dos colonialistas portugueses.

Com efeito, tendo sido forçados, desde há já algum tempo, a reconhecer que, apesar de todos os seus crimes, não podem parar a nossa luta no interior do país, convenceram-se de que a destruição do regime guineense — nosso principal apoio no exterior — é, como o

*1 Do lado uma agenda mundial imperial, o qual
e se for cumprida teria ajudado o Portugal*

afirmou o governador militar de Bissau, «a única maneira de acabar com a guerra», quer dizer, de liquidar o nosso Partido e parar a nossa luta armada de libertação. Esta é a razão por que os colonialistas portugueses serviram de instrumento desesperado, mas consciente, do imperialismo mundial, na sua agressão contra a República da Guiné.

Para tentar disfarçar o seu crime, os colonialistas portugueses serviram-se, por sua vez, tanto no ataque a Conakry como na região fronteira de Kundara, de alguns grupos de originários da República da Guiné que, exactamente porque estavam ao serviço do imperialismo, se aliaram aos piores inimigos de África para tentarem satisfazer as suas ambições políticas, dando a prova cabal do seu carácter de renegados, de criminosos, de inimigos do povo da República da Guiné e de todos os povos africanos.

Nós, que conhecemos bem a situação desesperada em que se encontram os colonialistas portugueses na nossa terra, e vimos quotidianamente as suas manobras, mentiras e crimes de toda a espécie, sabemos que eles têm motivos bastantes para tentarem cometer todos os crimes — mesmo os mais abomináveis — na vã tentativa de mudar a sua situação. Mas as motivações, para os colonialistas, não se encontram apenas no nosso país: encontram-se também em Portugal e no seio das próprias tropas coloniais, assim como na luta corajosa dos povos irmãos de Angola e Moçambique e no isolamento cada dia maior do colonialismo português no mundo, perante o crescimento da solidariedade africana e internacional em relação à nossa luta.

Os planos dos colonialistas portugueses

Convém sublinhar que a pretensa revisão da Constituição proposta por Marcello Caetano e a agressão contra a República da Guiné, organizada e executada pelo estado-maior português, são as duas faces duma mesma moeda, constituindo a solução projectada para acabar com as suas guerras coloniais em África, liquidando definitivamente as lutas de libertação do nosso povo e dos povos de Angola e Moçambique.

O plano, necessariamente aprovado pelos imperialistas, era o seguinte:

Numa primeira fase, substituir o actual regime guineense por outro, favorável à dominação portuguesa na nossa terra e a uma evolução por etapas (cujos limites não seriam fixados), conduzindo a uma certa autonomia interna, mas sem qualquer promessa de independência. Instalado esse regime pró-colonialista na República da Guiné, liquidar o nosso Partido, liquidando, assim, a nossa luta, o que seria, segundo eles, grandemente facilitado pelo assassinio dos principais dirigentes da nossa Organização.

Numa segunda fase (que seguiria de perto a primeira, a fim de desviar a atenção internacional do crime praticado contra a República da Guiné), anunciar a revisão da Constituição portuguesa, estabelecendo o «princípio» da autonomia interna das «provincias ultramarinas», a qual só interessaria, na realidade, Angola e Moçambique. Como é sabido, estes dois territórios são colónias de povoamento com uma forte população de origem europeia. O número de colonos seria aumentado de maneira acelerada, com cerca de um milhão de colonos, quer portugueses quer cidadãos brancos de outros países.

Numa terceira fase, que coincidiria com o desenvolvimento do diálogo e das relações diplomáticas entre alguns países africanos e os colonialistas e racistas da África Austral, operações militares de grande envergadura e uma nova e vasta campanha política em África seriam levadas à prática, para liquidar os restos eventuais do nosso próprio movimento de libertação, mas principalmente os de Angola e Moçambique, seguramente desmoralizados e minados pela queda do regime guineense e pela destruição do nosso Partido. Para essa fase final, os colonialistas contavam, com ou sem razão, com o apoio de alguns Estados africanos.

É no âmbito deste plano global, minuciosamente elaborado, que se devem compreender tanto a escolha de Conakry (aparentemente absurda) para o primeiro ataque, como os objectivos da operação contra a capital guineense. A ocupação de Conakry, logo na primeira fase da agressão, permitia dominar toda a República da Guiné, porque, segundo o ponto de vista dos colonialistas — e isso corres-

ponde, infelizmente, à realidade em numerosos casos —, quem domina a capital dum país africano domina todo o país. Era, pois, indispensável e urgente começar por Conakry que, aliás, de acordo com as informações de que dispunham os agressores, constituía um objectivo muito fácil de conquistar. A invasão da região de Koundara, depois da derrota de Conakry, foi mais um acto de desespero do que uma consequência da inércia já aduinda pelos agressores.

Os objectivos principais do desembarque em Conakry eram os seguintes: assassinar o presidente Sékou Touré e garantir, assim, a perda irreparável da cabeça principal da revolução guineense; destruir o regime guineense, matando, se necessário, todos os outros dirigentes; colocar no Poder os renegados da República da Guiné, alguns dos quais estavam aguardando nos barcos, ao largo da capital, e outros, nas prisões políticas; assassinar o secretário-geral do nosso Partido e, eventualmente, outros dirigentes que se encontrassem em Conakry; destruir todas as instalações do PAIGC; subsidiariamente, libertar os prisioneiros de guerra portugueses.

Uma análise comparativa que tome em consideração tanto a estratégia e a política imperialistas como os interesses do movimento nacional libertador e da África em geral mostra que um dos objectivos da agressão subordina todos os outros: a liquidação da Revolução guineense e o assassinio do seu dirigente, o presidente Sékou Touré, que a encarna. Uma vez consumado esse acto, tudo o resto seria fácil, segundo a lógica dos colonialistas portugueses. É essa lógica que explica a selvajaria com que os agressores se lançaram contra a residência do líder guineense, onde, segundo as informações de que dispunham, ele costumava dormir nas noites de sábado.

Já estamos habituados às manobras e mentiras dos colonialistas portugueses, particularmente do seu representante actual na nossa terra. Mas devemos confessar que, no caso da agressão contra a República da Guiné, ultrapassaram tudo quanto antes tinham inventado, para mentir descaradamente. Desgraçado povo o de Portugal, que tem dirigentes capazes de mentir tanto, que são tão cobardes para tentarem, pelos meios mais baixos, negar a sua responsabilidade provada numa acção que planearam minuciosamente, organizaram e

executaram. Mesmo em relação aos prisioneiros, único resultado «positivo» da operação, inventaram toda uma história para tentarem fugir a responsabilidade.

Mas foram mais longe ainda em relação aos seus servidores africanos mortos ou capturados durante a operação. Inventaram pedidos de asilo político por parte dos originários da República da Guiné (os que conseguiram voltar para os barcos), negaram a realidade da identidade de militares africanos aos quais, pouco tempo antes, ofereciam galões e condecorações. E chegaram ao ponto de considerar como desertor e assassino um dos «tenentes» das suas companhias de comandos africanos, João Januário Lopes. Os colonialistas portugueses provam assim, mais uma vez, que são verdadeiros gangsters ou bandidos sem o menor escrúpulo, capazes de cometer os crimes mais bárbaros e de utilizar as mais desavergonhadas mentiras.

Evidentemente, dos traços não reza a história. No entanto, parece-nos que vale a pena fazer uma referência, mesmo breve, aos africanos originários da nossa terra ou da República da Guiné, que participaram na operação ao lado dos militares de Portugal, ao serviço dos colonialistas. Estes, que tudo fizeram para não deixar atrás um só cadáver, ferido ou prisioneiro português, abandonaram os seus servidores africanos à sua sorte, quando viram que tinham sido derrotados. Reduziram assim esses africanos à sua verdadeira condição: a de cães miseráveis que o dono abandona precipitadamente quando é apanhado em flagrante delito e deve fugir.

As causas do falhanço dos colonialistas

Mas por que falharam os colonialistas portugueses na sua agressão contra a República da Guiné?

Evidentemente, foi a resposta pronta e corajosa do povo guineense irmão e das suas forças armadas que infligiram aos colonialistas portugueses e ao imperialismo esta derrota que se tornou histórica. Mas também é preciso descobrir, no próprio seio da mentalidade portuguesa, a causa interna, que motivou a sua aventura e, conseqüentemente, a sua tremenda derrota. Ela reside, profunda-

mente, no desprezo secular que sempre manifestaram os colonialistas portugueses pelo homem africano.

Esse desprezo, que se traduziu eloquentemente na célebre frase de Salazar — «a África não existe» — é amplamente provado tanto pela história das relações de Portugal com a África como pelos factos do colonialismo português e o comportamento dos portugueses perante o homem africano.

Desde o tempo das chamadas *descobertas* ou *achamentos* até ao tempo do comércio de escravos e crimes de escravatura; desde as guerras de conquista colonial até à época do ouro do colonialismo; das primeiras «reformas» ultramarinas até às guerras coloniais de genocídio dos nossos dias, os colonialistas portugueses deram sempre provas de uma mentalidade supersticiosa e dum racismo primitivo em relação ao homem africano, que consideravam e consideram como naturalmente inferior, incapaz de organizar a sua vida e defender os seus interesses, fácil de enganar, sem cultura e sem civilização.

É no quadro geral desta tradição de desprezo pelo homem africano e de crença na incapacidade congénita dessa «criança grande» (como dizem os portugueses), que os colonialistas portugueses planearam e executaram a agressão contra a República da Guiné. Convenceram-se de que encontrariam pela frente um povo fraco, inconsciente e desorganizado.

Convencidos da sua superioridade «natural», estavam certos de que o homem africano da República da Guiné é incapaz de saber onde estão os seus verdadeiros interesses e defendê-los com eficácia. Como estão ainda convencidos de que podem enganar as nossas populações com a mentira da sua «Guiné melhor».

Os colonialistas portugueses — e mesmo o português em geral — nunca se lembram de que o africano é um ser humano. Está a custar-lhes, e custar-lhes-á cada dia mais caro, saber que nós somos *homens*.

A derrota vergonhosa sofrida pelos colonialistas portugueses aquando da sua cobarde agressão contra a República da Guiné é uma das mais brilhantes vitórias obtidas por um povo africano na luta contra o imperialismo.

O povo da República da Guiné, sob a direcção do seu grande Partido, o PDG, e do seu líder, o presidente Sékou Touré, abriu, com a conquista da sua soberania, o caminho da independência dos povos africanos. Ele acaba de dar mais uma contribuição extraordinária para a liquidação da dominação colonial e racista no nosso continente, ao rechazar a agressão criminosa dos colonialistas portugueses.

Tendo tido a honra de se baterem ao lado das forças armadas e do povo da República da Guiné, alguns dos nossos militantes e combatentes agiram com eficácia, deram provas de coragem e determinação e elevaram bem alto o nome do nosso povo e do nosso Partido. Presto aqui uma homenagem comovida aos camaradas caídos no campo da honra, e aos feridos, e saúdo com entusiasmo todos os membros do nosso Partido, militantes e responsáveis, homens e mulheres que, de armas nas mãos ou no desempenho de outras tarefas do momento, souberam portar-se dignamente, em defesa dos interesses mais sagrados da África.

Assim devíamos portar-nos e assim nos portámos. Porque é já tradicional para os nossos combatentes baterem-se com coragem e determinação, atacar com dureza o inimigo colonialista, não deixá-lo realizar os seus objectivos. Porque estamos todos conscientes de que a nossa causa é justa e a nossa vitória é certa, quaisquer que sejam os sacrifícios a consentir.

Com o seu acto, os colonialistas portugueses mostraram claramente quanto estão desesperados na nossa terra, mas mostraram também, de maneira elucidativa, que os progressos realizados pela nossa luta são irreversíveis e nada poderá parar a marcha do nosso povo para a independência. Contribuíram, de forma eficaz, para reforçar a consciência da África — de todos os africanos honestos — em relação à necessidade da união sólida de todas as forças anticolonialistas para liquidar a dominação portuguesa no nosso continente. Os resultados da Conferência da OUA, em Lagos (Nigéria), provam esta tomada de consciência e darão seguramente os seus frutos.

Com a sua agressão, os colonialistas aumentaram, de maneira francamente inesperada, o interesse da África e do mundo pelo nosso povo, pela nossa luta e pelo nosso Partido. Abriram novas perspectivas

para o isolamento do colonialismo português no plano internacional, onde ficou mais claramente definida a importância cada dia maior do nosso combate libertador. E, o que não é menos importante, reforçaram em nós todos a certeza na vitória da nossa luta, a nossa determinação e a própria eficácia dos nossos combatentes que, nos últimos dois meses do ano, infligiram ao inimigo pesadas baixas, multiplicando a sua acção em todas as frentes.

Temos, pois, razões bastantes para entrar com optimismo num novo ano de luta, decididos a melhorar o nosso trabalho em todos os planos, a dar golpes cada dia mais duros aos colonialistas portugueses, a defender as conquistas do nosso povo, que é cada dia mais senhor do seu próprio destino. Isso, quaisquer que sejam as manobras, mentiras ou crimes dos colonialistas portugueses.

5. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA

Alguns dias após a ignóbil agressão contra a República da Guiné, o chefe do governo português anunciou perante a Assembleia Nacional e no âmbito da «revisão da Constituição» reformas sobre o estatuto dos territórios africanos ainda ocupados por Portugal. Estas passariam, progressivamente, e num prazo que nem a lei nem o dirigente colonialista português ousam prever, a gozar de uma certa autonomia «na sua qualidade de regiões autónomas no conjunto do Estado português unitário»¹.

É o próprio Marcello Caetano quem esclarece que essas reformas não só não representam nada de novo, mas ainda procuram perpetuar a política racista chamada de assimilação espiritual, «homogeneizar» metrópole e ultramar — o que só pode significar a negação opressiva do direito dos nossos povos africanos a terem a sua própria história e cultura, a decidirem livremente do seu destino. Citamos:

¹ Título VII, 2.ª parte

«Sei que, para muitas pessoas, impressionadas pela intensa propaganda com vistas à integração, a ideia da autonomia das províncias ultramarinas é chocante. Mas sem razão.

«No texto actual da Constituição, fiel neste ponto ao que foi estabelecido desde 1930, reconhece-se a autonomia das províncias ultramarinas e determina-se que deverão ter uma "organização político-administrativa adaptada à situação geográfica e às condições do meio social".

«Aliás, não podia ser de outro modo. É compreensível que se prossiga, sem falhas, uma política de assimilação espiritual, de maneira que metrópole e ultramar constituam uma unidade cada dia mais homogênea.»

Para provar que nada mudará no fundo e que são os portugueses que continuam a decidir do destino e das questões que dizem respeito aos nossos povos, recusando-nos toda a personalidade própria, o chefe do governo português não quis deixar de precisar o quadro no qual seria concedida uma certa autonomia às «regiões portuguesas» de África. Citamos:

«As províncias ultramarinas necessitam manter uma organização político-administrativa como a que a Constituição lhes garante: com leis votadas para cada uma delas pelos seus próprios órgãos legislativos, com um governo próprio que garanta a marcha corrente da administração pública, com finanças próprias que permitam cobrir as despesas locais com as receitas obtidas no próprio local, segundo o orçamento elaborado e aprovado pela sua assembleia electiva.

«A soberania do Estado uno e indivisível não deixará por isso de se afirmar sobre todo o território da Nação, mediante a supremacia da Constituição e das leis que emanam dos órgãos centrais (onde as províncias aumentarão a sua representação), assim como a nomeação dos governadores delegados do governo central, cujos direitos de inspecção e superintendência permanecem íntegros.»

Numa tal perspectiva, Marcello Caetano fez alusão a Angola e Moçambique, mas calou-se no que respeita ao nosso país, Guiné e Cabo Verde. E com razão. Consciente das realidades do nosso país, ele sabe que, por outro lado, somos não só autónomos mas também

soberanos em mais de dois terços do território nacional e, por outro lado, não há no nosso país população suficiente de origem europeia que possa garantir a «rodesiação» que os colonialistas portugueses desejam ver instalar-se em Angola e Moçambique, como a única solução aceitável para pôr fim à sua guerra colonial.

Uma tal perspectiva — ou mesmo esboço — de criação de novas Rodésias na África Austral e de perpetuação da dominação da minoria branca sobre a maioria nativa em Angola e Moçambique, não é aplicável no nosso caso. Ela é, contudo, no que respeita a esses territórios africanos, e apesar das tiradas do discurso de Marcello Caetano sobre a autonomia e as «sociedades multirraciais», a única novidade contida na nova Constituição.

A pretensa revisão da Constituição portuguesa ignora e despreza, mais uma vez, os direitos inalienáveis do nosso povo a dispor de si próprio, na liberdade e independência. As chamadas «reformas» respeitantes aos territórios africanos ocupados pelas forças armadas coloniais não são apenas uma tentativa visando esconder os progressos da luta libertadora dos povos africanos. Elas têm também o fim de procurar enganar a opinião portuguesa e internacional, desmobilizar certos Estados africanos relativamente ao apoio eventual ou real que dão à nossa luta e, sobretudo, obter mais apoio moral, político e material, por parte dos aliados dos colonialistas portugueses, para a guerra colonial de genocídio que estão a fazer contra a África.

No entanto, deve-se reconhecer que as reformas introduzidas na Constituição portuguesa por Marcello Caetano são o resultado de um grande esforço de *mudança* perante o imobilismo hostil dos «ultras». Mas a montanha pariu um rato — e não é certamente por isso que o nosso povo e os de Angola e Moçambique se batem. Aliás, Marcello Caetano está farto de o saber.

Perspectivas

As perspectivas do combate libertador do nosso povo são francamente favoráveis, apesar das dificuldades que enfrentamos e que são

próprias das condições específicas, históricas, económicas, sociais e culturais do nosso país.

No plano interno, os êxitos obtidos durante o ano passado e os elementos objectivos que já criámos e consolidámos permitem-nos encarar o futuro com confiança. Devemos, porém, com realismo, reforçar e consolidar os factores positivos e eliminar progressivamente, mas radicalmente, os factores negativos que se desenvolveram no quadro da luta. Da nossa capacidade de análise, de decisão e iniciativa, dos esforços e sacrifícios que estamos decididos a consentir, depende fundamentalmente a marcha da nossa luta.

Desenvolvendo e intensificando a acção armada, devemos ao mesmo tempo tomar em consideração, em cada momento e em todas as nossas actividades — incluindo a guerra —, a natureza profundamente política da nossa luta. Consolidar e reforçar as estruturas orgânicas do Partido e da luta, fazer com que cada organismo desempenhe realmente o papel que lhe cabe, que cada militante se sinta cada dia mais responsável e necessário ao progresso da luta; desenvolver mais a democracia, o espírito de crítica e autocritica, da base ao cimo da nossa organização; cumprir e fazer cumprir as palavras de ordem e todas as directrizes do Partido; melhorar o rendimento do trabalho de cada organismo e de cada militante; reforçar o combate contra a *preguiça*, o comodismo, o oportunismo e todos os desvios morais ou políticos da linha traçada pelo Partido; remover progressivamente os obstáculos à realização deste fim máximo da nossa luta: que o nosso povo tome totalmente nas suas mãos o poder político que o nosso combate já conquistou em mais de dois terços do território nacional. São estas as tarefas fundamentais da luta, que nos permitem garantir e transformar posteriormente as perspectivas favoráveis do nosso combate libertador.

Transportando o pesado fardo da sua guerra colonial, depois das derrotas que lhes infligimos em 1970 e da vergonhosa derrota sofrida aquando da sua agressão criminosa contra a República da Guiné, os colonialistas portugueses não estão unicamente desesperados na nossa terra: *eles sabem que estão perdidos.*

Por isso são capazes de fazer novas manobras, perpetrar novos e abomináveis crimes, tentar novas aventuras, por mais absurdas que sejam, para tentarem sair da situação em que se encontram. Por isso — e essa é uma das lições da agressão contra a República da Guiné e as instalações do nosso Secretariado em Conakry — devemos reforçar a vigilância em todos os planos, ter cada dia iniciativas novas e vigorosas, estar prontos a bater-nos vitoriosamente contra o inimigo colonialista, onde quer que nos encontremos.

Para fazer avançar a luta de acordo com as perspectivas que ela comporta, devemos tirar o maior proveito das derrotas e fracassos do inimigo, reforçar a nossa acção, principalmente a luta armada em todas as frentes, estabelecer objectivos precisos e limitados, mas consequentes, que devemos realizar até ao fim, para fazer avançar a luta cada dia com mais vigor.

Perante a situação objectiva do nosso povo, o desenvolvimento do nosso combate libertador não depende só dos factores internos que condicionam a luta: depende igualmente dos factores externos, sobretudo do apoio moral, político e material que possa ser dado no quadro da solidariedade africana e internacional.

Neste plano, as perspectivas resultantes da nossa acção, sobretudo em 1970, são também favoráveis.

Os poucos países africanos que nos dão uma ajuda directa estão decididos a reforçar a sua ajuda. O Comité de Libertação da OUA fez e continua a fazer esforços consideráveis no sentido de desenvolver a sua ajuda ao nosso Partido. A Sessão Extraordinária do Conselho de Ministros da OUA (Lagos, de 9 a 12 de Dezembro de 1970) adoptou por unanimidade uma resolução decidindo o reforço da ajuda material à nossa organização.

Esperamos que, fiel à Carta da OUA e aos interesses dos povos africanos, a África independente não poupará nenhum esforço ou sacrifício para aumentar a ajuda concreta ao nosso povo em luta, quer directamente quer por intermédio da OUA. Nesta perspectiva, vemos desenvolver relações com todos os Estados independentes da África que sejam contra o colonialismo português e a dominação racista no nosso continente. Esperamos que países africanos que nunca nos

*cabonal e por de MPLA ignorou a luta de outros
movimentos independentes, na em Angola, o caso de
UNITA, FNLA, FLEC*

ajudaram possam decidir-se a fazê-lo, ao serviço da libertação total da África.

É claro que a marcha da nossa luta depende também das lutas heróicas dos povos de Angola e Moçambique. Nesse ponto também as perspectivas são favoráveis, visto que esses povos, sob a direcção das suas organizações combativas, respectivamente o MPLA e a FRELIMO, obtiveram êxitos importantes durante o ano passado.

Segundo diversos testemunhos insuspeitos de parcialidade, a luta do povo angolano, pela intensificação e o alargamento da acção dos combatentes do MPLA, realizou importantes progressos, sobretudo nas regiões Oriental, Sul-Oriental e Central do país. Por outro lado, são as próprias autoridades portuguesas que tiveram de confessar o fracasso da sua ofensiva geral, visando liquidar a luta do povo de Moçambique, visto os combatentes da FRELIMO terem infligido pesadas perdas humanas e materiais ao inimigo comum.

Devemos continuar a reforçar os laços de fraternidade e combate que unem o nosso Partido ao MPLA e à FRELIMO, intensificar a nossa luta e desejar a intensificação dos laços para a liquidação urgente do colonialismo português.

Somos igualmente encorajados pelo facto de os países socialistas estarem decididos a desenvolver a sua ajuda ao nosso Partido. Esperamos que não se pouparão a esforços nem sacrifícios neste sentido, e que aqueles que não ajudam ou suspenderam a sua ajuda concreta possam igualmente decidir-se a dar provas do seu espírito internacionalista, desenvolvendo a sua solidariedade em relação ao nosso Partido, ao serviço da luta comum contra a dominação colonial imperialista.

Quanto à mobilização da opinião anticolonialista dos povos ocidentais, a Conferência de Roma abriu novas perspectivas à nossa acção no plano internacional.

Uma tal acção, que desejamos desenvolver incessantemente, encontra-se, porém, consideravelmente limitada pelo facto de que ela se revela muito cara, pois as despesas de viagens e estada são em geral por nossa conta. Mas devemos fazer os possíveis, com a ajuda dos nossos amigos, por desenvolver e levar a cabo, nesses países,

uma vasta campanha a favor da nossa luta, sobretudo naqueles que são aliados do colonialismo português.

Quanto à Suécia — cuja posição exemplar em relação à nossa luta devia inspirar os países que, como ela, mantêm relações importantes com Portugal — devemos fazer tudo para desenvolver e consolidar as relações existentes, no quadro de uma solidariedade activa entre os nossos povos, com o Partido Social-Democrata e todas as organizações anticolonialistas suecas.

Como no passado, devemos continuar a participar activamente na acção dos movimentos da Paz, da solidariedade Afro-Asiática, da Tricontinental, e a desenvolver as nossas relações com as outras organizações internacionais democráticas e anticolonialistas (dos trabalhadores, dos jovens, dos estudantes e das mulheres).

Em conclusão, podemos afirmar que, perante as perspectivas da nossa luta e a obstinação criminosa dos ultracolonialistas portugueses, as principais tarefas imediatas do nosso Partido são as seguintes:

No plano interno

— melhorar a organização e reforçar a eficácia das nossas forças armadas (Exército Regular e Forças Armadas Locais);

— intensificar e multiplicar os ataques contra as tropas coloniais, nomeadamente contra os centros urbanos ainda ocupados pelo inimigo, a fim de lhe dar golpes mais duros e causar-lhe mais perdas humanas e materiais;

— fazer tudo para desenvolver mais a luta em Cabo Verde;

— preservar e desenvolver as bases políticas, administrativas, económicas, sociais e culturais da nova vida que estamos a construir nas regiões libertadas;

— melhorar o abastecimento das populações dessas regiões em artigos de primeira necessidade;

— reforçar a vigilância e a segurança face aos inimigos do nosso Partido e do nosso povo.

No plano externo

— reforçar as relações com os Estados independentes da África, quaisquer que sejam as suas opções político-económicas, particular-

mente com os países vizinhos do nosso, cuja segurança é também a da nossa luta;

— alargar e desenvolver as relações de amizade, solidariedade e cooperação com os Estados socialistas e a Suécia;

— desenvolver e consolidar as relações com as organizações democráticas e anticolonialistas dos países capitalistas.

— desenvolver a acção de informação e mobilização da opinião anticolonialista dos países ocidentais e no mundo, a fim de isolar o governo de Portugal dos seus aliados e neutralizar ou eliminar o apoio desses países à guerra colonial portuguesa;

— ao mesmo tempo que reforçamos a vigilância contra as manobras que visam desviar a nossa luta dos seus verdadeiros fins, continuar, como sempre, abertos a qualquer iniciativa que possa favorecer a solução do conflito que nos opõe ao governo de Portugal, e acelerar o acesso do nosso povo à independência.

Mantendo bem alta a bandeira gloriosa do nosso Partido e na defesa intransigente dos princípios de liberdade, justiça e verdadeira independência que são os da nossa organização, desenvolvamos e intensifiquemos o combate contra as hordas e colonialistas portuguesas, reforçemos a acção política e o trabalho de reconstrução nacional, e melhoremos cada dia a consciência política das nossas populações assim como o nosso comportamento individual de militantes. Desenvolvamos simultaneamente a luta armada de libertação e a acção política vigorosa tanto no interior do nosso país como no plano africano e internacional, ao serviço do nosso povo.